

“O crack é uma experiência emocionante”: narrativa das fragilidades e feminilidades de uma ex-usuária

Paulo Gustavo Lima Ribas, Alexandra Lourenço e Tânia Maria Gomes da Silva

Paulo Gustavo Lima Ribas

Universidade Cesumar – Maringá, PR, Brasil.
E-mail: paulospfc_ribas@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9925-0357>

Alexandra Lourenço

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Itati, PR, Brasil.
E-mail: alexandra@unicentro.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4749-9657>

Tânia Maria Gomes da Silva

Universidade Cesumar – Maringá, PR, Brasil.
E-mail: tania.gomes@unicesumar.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5495-9968>

Resumo: Considerando o conceito de gênero como categoria de análise e, a partir de uma perspectiva feminista não-hegemônica, neste artigo, problematiza-se a experiência de uma ex-usuária de crack. Utilizando a metodologia da história oral de vida, são analisadas as entrevistas concedidas pela participante. O objetivo é compreender o uso de drogas, notadamente o crack, na perspectiva de uma mulher. Preliminarmente, apresenta-se uma reflexão sobre as mudanças epistêmicas que permitiram a reinserção da oralidade e da memória no discurso historiográfico, oportunizando o acesso às experiências de sujeitos subalternizados. Sequencialmente, coloca-se em cena uma mulher comum, criada em uma família patriarcal, que se casou por obediência; cumpriu o “destino” de seu sexo e se tornou mãe, mas, se sentindo infeliz, rompeu o casamento, buscou amores novos e ingressou no mundo das drogas. Apresenta-se, assim, o percurso da entrevistada pelo mundo da ordem e da desordem.

Palavras-chave: Drogadição; História oral; Gênero; Saúde.

**“Crack is an exciting experience”:
narrative of the vulnerabilities and
femininities of a former user**

Abstract: Considering the concept of gender as an analytical category and from a non-hegemonic feminist perspective, this article examines the experience of Vitoria, a former crack user, interned in a Therapeutic Community in southern Brazil. The aim of the article is to understand drug use, notably crack, from a woman's perspective. The study is based on the oral life history methodology through interviews allowed by the participant. First, we present a reflection on epistemic changes that allowed for the reintegration of orality and memory into historiographic discourse, providing access to the experiences of subalternized individuals. Subsequently, the narrative introduces an ordinary woman, raised in a patriarchal family, who married out of obedience; fulfilled the “destiny” of her gender by becoming a mother of two daughters, but, feeling unhappy, broke off her marriage, sought new loves and entered the world of drugs. Thus, the interviewee's journey through the realms of order and disorder is presented.

Keywords: Drug addiction; Oral History; Gender; Health.

**“El crack es una experiencia
emocionante”: narrativa de la
debilidad y feminidad de una ex
usuaria**

Resumen: Considerando el concepto de género como categoría de análisis y desde una perspectiva feminista no hegemónica, en este artículo, se problematiza la experiencia de una ex usuaria de crack. Utilizando la metodología de la historia oral de vida, se analizan las entrevistas concedidas por la participante. El objetivo es comprender el consumo de drogas, en particular el crack, desde la perspectiva de una mujer. Preliminarmente, se presenta una reflexión sobre los cambios epistémicos que permitieron la reinserción de la oralidad y la memoria en el discurso historiográfico, brindando acceso a las experiencias de los sujetos subalternos. Secuencialmente, se retrata a una mujer común, criada en una familia patriarcal, que se casó por obediencia; cumplió el “destino” de su sexo y se convirtió en madre, pero sintiéndose infeliz, rompió su matrimonio, buscó nuevos amores y entró en el mundo de las drogas. Se presenta, así, la trayectoria de la entrevistada por el mundo del orden y el desorden.

Palabras clave: Drogodependencia; Historia oral; Género; Salud.

Introdução

A pesquisa apresentada insere-se no campo dos estudos sobre mulheres, relações de gênero e saúde na contemporaneidade. Nesse sentido, contribui com as discussões sobre história das mulheres ao trazer o cotidiano vivenciado por uma ex-usuária de crack. Metodologicamente, este trabalho foi instrumentalizado pela história oral, pois esse tipo de coleta de dados nos oferece a oportunidade de resgatar histórias de mulheres que pouco ou nenhum registro haviam produzido sobre si mesmas.

Segundo Perrot (2017; 2010), ao longo da história ocidental, podemos constatar uma lacuna nos registros escritos sobre as vidas das mulheres, seja pela autodestruição de documentos, como cartas e diários, quando elas se aproximavam da velhice, seja por terem menor atenção das instituições governamentais, nas quais predominaram os registros sobre a população masculina. Também se deve ao fato de que suas experiências de vida transcorreram, predominantemente, no espaço doméstico e em contraposição às experiências masculinas, transcorridas no âmbito público. No caso das mulheres, é importante observar que essa exclusão resulta dos vínculos generificados, isto é, norteados pelo gênero, que são a fonte e o conteúdo das relações de poder travadas em sociedade.

Para a execução desta pesquisa, adotamos a definição de gênero como o sexo socialmente construído. Trata-se de um conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores que as sociedades elaboram, continuamente, a partir de diferenças anátomo-fisiológicas. Assim, gênero implica em um conjunto de avaliações qualitativas sobre os corpos, que se intersecciona com outros indicadores, como raça-etnia, geração, classe social, entre outros (Akotirene, 2019), aspectos considerados Determinantes Sociais da Saúde (DSS) e com alto impacto sobre o processo saúde-adoecimento (Teixeira; Engstrom; Ribeiro, 2017).

Segundo Joan Scott (1995), gênero é uma categoria que remete às formas simbólicas, mas é também um elemento da organização de relações de poder em instituições sociais, como igreja, escola, família. Nesse sentido, símbolos, valores e normas transmitidos por esses lugares, nas dimensões macroestruturais da política ou microestruturais da configuração das identidades, são fundamentais para a compreensão desse elemento constitutivo das relações em sociedade. Logo, “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, além de poder ser entendido como “campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p. 88).

Por muito tempo, a historiografia manteve um silenciamento sobre a história de vida de indivíduos comuns. Desse modo, a história oral, segundo Scott (1995), constituiu-se como uma excelente parceira para a construção da história desses grupos, em especial, para validar narrativas das mulheres.

Logo, partindo da compreensão sobre a possibilidade do uso da oralidade e da memória como fontes no percurso de pesquisa, nosso objetivo, neste artigo, é compreender a experiência do uso de drogas, mais especificamente o crack, tendo como subsídio as narrativas de Vitória (nome fictício), uma mulher comum, residente em um município no sul do Brasil¹.

¹ A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética de uma universidade privada do Sul do país e aprovada pelo parecer n. 4.847.831/2021.

A interlocução da área da saúde com as humanidades, abrindo-se à contribuição da história, da sociologia, da antropologia, da educação e de seus respectivos referenciais teórico-metodológicos, permite uma abordagem ampliada sobre a experiência feminina com a dependência química.

Do escrito ao falado: a fonte oral na história das mulheres

Geralmente, o entendimento de uma pessoa leiga sobre a história, seja enquanto campo de conhecimento, seja como disciplina escolar, é, via de regra, limitado a acontecimentos que ficaram para trás, os quais só podemos acessar com a ajuda da memória. Mesmo historiadores profissionais podem se sentir mais seguros quando trabalham em arquivos envelhecidos (Lacouture, 1978), que os permitem saber sobre os desdobramentos dos processos históricos (Ferreira, 2002).

Isso talvez ocorra porque, quando se deu a profissionalização da disciplina e os historiadores quiseram dar status de cientificidade ao seu ofício, houve a necessidade de adaptar regras, métodos e técnicas das ciências naturais e nomotéticas. Esse último campo de estudo citado compreende disciplinas que procuram estabelecer leis sob a forma de funções matemáticas, no sentido de fatos gerais, análises estruturais, entre outros, traduzíveis por meio de uma linguagem formalizada e lógica, diferindo das ciências históricas, cujo objetivo é reconstituir e compreender as manifestações sociais (Piaget, 1976).

No século XIX, o distanciamento temporal sujeito-objeto foi entendido como a melhor forma de assegurar a objetividade da análise crítica e, porquanto historiadores da Antiguidade Clássica tenham buscado suporte naquilo que “viram” ou “ouviram contar” – como fizeram Heródoto e Tucídides –, a história científica se ateve, sobretudo, à análise de documentos escritos, relacionados prioritariamente ao mundo do poder e dos poderosos, afirma Alberti (2008). Segundo a autora, a principal dificuldade dos historiadores em aceitar as fontes orais se dá pela proximidade delas com a ficção, a possibilidade dos esquecimentos e porque, quase sempre, estão limitadas em narrar aspectos cotidianos. Segundo Heller (2016), o cotidiano é o mundo da vida ordinária, feito de paixões, juízos provisórios, preconceitos, mas nem por isso desprovido de valor para um entendimento mais amplo do mundo e das coisas. A autora coloca o indivíduo, aquele voltado às suas atividades de sobrevivência cotidiana, no centro de suas reflexões (Heller, 2016).

Ora, o cotidiano já foi entendido, no campo acadêmico-científico, como um tempo sem qualquer valor. O resultado foi a criação de uma hierarquia, a partir da qual se definiu que aos historiadores caberia registrar, para o futuro, apenas fatos de interesses políticos, a vida de reis, príncipes, ministros, papas e indivíduos da elite. Quando muito, os historiadores falavam das massas anônimas. Frente a isso, os documentos escritos, procedentes dos arquivos do Estado ou das elites, foram privilegiados pelos historiadores (Hamerow, 2013).

Esse paradigma positivista deixou de impregnar o discurso da história já nas primeiras décadas do século XX, quando Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram a revista “*Annales d'histoire économique et sociale*”. Ainda que não fossem os únicos descontentes com uma narrativa eminentemente factual e política, souberam conduzir suas propostas de modo a angariar a simpatia entre seus pares e a legitimá-las pelo *establishment* (Barros, 2012).

Entre as contribuições de Bloch e Febvre, merecem ser citadas a mudança das ambições do terreno político para o social e econômico, a defesa de uma problemática histórica e a ênfase na importância da interdisciplinaridade. Para isso, os *Annales* se aproximaram das ciências sociais fronteiriças, em particular, da Geografia e da Sociologia, além de promoverem um diálogo fecundo com o marxismo e a psicanálise. Ainda, contribuiu com a apresentação de um novo e alargado entendimento sobre os conceitos de documentação histórica e de fonte (Hamerow, 2013; Barros, 2012; Revel, 2010). Assim, “uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem” (Le Goff, 1998, p. 28).

Dessa maneira, se os historiadores tradicionais frisavam que a história é uma ciência, Bloch (2001, p. 19) respondia: “mas uma ciência que tem como uma de suas características [...] ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas”. Se diziam: “a história é a ciência do passado”, replicava: “é a ciência dos homens, no tempo”, e ainda mais inovador: “o conhecimento do passado incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (Bloch, 2001, p. 55; 75).

Braudel, historiador da segunda geração dos *Annales*, deu sequência a essas inovações. Todavia, foram os historiadores da terceira geração dos *Annales*, adeptos da *nouvelle histoire*, os que mais intensamente expandiram o interesse do campo histórico (casamento, família, sexualidade, infância, morte, doença, mulher etc.) (Barros, 2012), procedimento que recebeu duras críticas (Dosse, 2007).

Sob a influência da pós-modernidade, que desconstruiu conceitos como ciência, verdade, objetividade, racionalidade, entre outros, o documento escrito deixou de ser o único a ter legitimidade (Barros, 2012). Em tempos de globalização, paradoxalmente, os historiadores voltaram o olhar para experiências locais, crenças, subjetividades (Hall, 2003), tornando-se menos sectários com o uso da memória e admitindo que o passado é uma (re)construção do presente (Ferreira, 2002).

Os historiadores da terceira geração mantiveram o diálogo com outras disciplinas, especialmente a Antropologia, o que levou ao surgimento da História Cultural, renovando a história política e resgatando o valor da narrativa. Interessaram-se, também, por microaspectos da história, que permitiram visibilidade à trajetória de sujeitos subalternizados (Barros, 2012; Reis, 2006).

Todas essas mudanças promoveram um deslocamento de olhar das estruturas para as experiências subjetivas (Diehl, 2002) e contribuíram para que, entre outras coisas, nos anos 1980, as mulheres entrassem na história. Os campos de estudos denominados *women's studies* e, mais tarde, os *gender's studies* floresceram, afirma Perrot (2017), e esse foi um movimento extraordinário, não apenas no âmbito historiográfico, mas também das mudanças no contexto epistemológico como um todo.

A década de 1980 foi fundamental para a institucionalização dos estudos sobre mulheres no âmbito da historiografia, com a delimitação da história das mulheres e sua incorporação dos estudos de gênero. Todavia, o caráter político da reivindicação feminista pela inclusão das mulheres na historiografia já efervescia nos anos 60. Assim, é preciso considerar criticamente as relações políticas e intelectuais que cercam o nascimento e a consolidação da história das mulheres, pois “a história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo,

a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história” (Scott, 1995, p. 67).

Relegadas ao espaço doméstico, as mulheres eram meros vestígios. Essa situação só mudaria com a revolução documental, proposta pelos *Annales*. Os(as) historiadores(as) precisavam encontrar “as mulheres”, para isso, abriram os arquivos pessoais, se apossaram de diários, cartas, bilhetes, vasculharam páginas de antigos livros de receitas, procuraram antigas fotografias e, com gravador em punho, puseram-se a ouvir relatos femininos.

Se, na década de 1980, a história oral potencializou a história das mulheres, pode-se dizer, em um claro exercício dialético, que também a história das mulheres foi responsável pela potencialização da história oral. Acusadas de tagarelas, as mulheres, assim como outros grupos subalternizados, puderam, enfim, falar de si. Segundo Hamerow (2013, p. 295), as elites, acostumadas ao centro do palco, ficaram em segundo plano: “os anti-heróis de outrora se tornaram os heróis de hoje: índios, negros, orientais, mulheres, imigrantes, habitantes das cidades, favelados, sindicalistas, trabalhadores braçais e políticos radicais”. Para Perrot (2010), deu-se a revanche das mulheres.

Partindo dessas mudanças e endossando a importância de cada uma, subsidiamos esta discussão nas narrativas orais de uma mulher, compreendendo suas impressões e vivências, atravessadas pelas questões de gênero e também pelo uso de substâncias psicoativas, considerando o impacto delas em sua trajetória e em seus papéis sociais.

“Falar é existir absolutamente para o outro”

Essa afirmação é de Fanon (2008, p. 33) e expressa bem o propósito de falar da existência de Vitória, uma ex-usuária de crack, de 52 anos, cor branca, com o Ensino Médio completo. Com o pai das duas filhas, viveu um casamento legalizado, seguido de duas uniões consensuais. No momento da entrevista, encontrava-se sozinha, mas analisava a possibilidade de reatar com o último companheiro.

O narrador, diz Benjamin (1994), nunca fala só de si, mas de conhecimentos e experiências de outras pessoas com as quais compartilhou, direta ou indiretamente, fragmentos da sua história/vida. A narrativa de Vitória nos permitiu acompanhar diferentes momentos de sua vida, as opressões de gênero e a luta pela (re)construção de sua identidade. Ficamos sabendo sobre ela, mas também sobre outros personagens, filhas, pais, marido/companheiros, o médico que a atendeu/acolheu, as colegas e funcionárias da unidade terapêutica onde se encontrava há cinco meses.

Optamos, nesta pesquisa, por nos deixar conduzir por Vitória, sem interferir em suas viagens no tempo. Assim, embora a conversa tenha sido especificamente sobre o uso de drogas, sua narrativa foi invadida, em muitos momentos, por outros elementos da reflexão remanescente. E se, no momento da gravação, algumas de suas lembranças pareciam não ter sentido para o estudo em pauta, depois, munidos de um olhar mais atento, foi possível encontrar elementos que, aparentando estar fora de nossa proposta, na verdade, estavam agregados aos nossos interesses.

Quando visitamos Vitória pela primeira vez, ela se encontrava internada há cinco meses em uma comunidade terapêutica, isto é, uma instituição religiosa que presta serviços de cuidado a pessoas com

transtornos decorrentes do uso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência. Desde 2011, as Comunidades Terapêuticas (CTs) foram incluídas como um dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Brasil, 2011). As CTs têm sido olhadas com ressalvas por algumas pessoas, ao serem acusadas da adoção de práticas higienistas (Bolonheis-Ramos; Boarine, 2015).

Para contactar a entrevistada, tivemos a ajuda da psicóloga da instituição e de uma assistente social do município. Ela foi escolhida por atender aos critérios de inclusão no estudo: tinha idade superior a 18 anos; havia feito uso de drogas ilícitas por mais de um ano, estava em tratamento de desintoxicação voluntária, apresentava condições psicológicas satisfatórias para manter um diálogo e, por fim, demonstrava interesse em partilhar suas experiências.

A história de vida de Vitória nos permite conhecer singularidades, mas, tal como uma moeda de duas faces, nos oferece também a oportunidade de acesso às generalidades, colocando-nos frente à vida no seu processo de acontecer (Certeau, 2008).

No primeiro encontro, decidimos não gravar o diálogo. Foi, antes, uma conversa com o propósito de estabelecer a confiança da entrevistada, levá-la a conhecer quais eram os objetivos da pesquisa, falar também um pouco sobre nós: quem éramos, o que fazíamos e porque estávamos interessados em suas memórias. Seguimos orientação de Portelli (2016), isto é, ele afirma que jamais falaria de si mesmo para alguém cuja postura não fosse a mesma.

Todos os encontros foram previamente agendados. O encontro de aproximação, explicação da pesquisa e coleta de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ocorreu no dia 25 de agosto de 2021. As entrevistas, por sua vez, foram realizadas nos dias 16 de setembro, 04 de outubro e 30 de novembro de 2021. A entrevistada recebeu explicações sobre os objetivos da pesquisa, leu e assinou o TCLE e, somente após esse contato inicial, demos efetivamente início ao estudo, que foi constituído por três entrevistas.

As conversas foram individuais, gravadas e aconteceram nos meses de setembro, outubro e novembro de 2021, as quais, somadas, totalizaram três horas e meia de gravação. Buscamos fazer intervenções mínimas, que só aconteceram quando alguma palavra ficou inaudível. No mais, Vitória pôde dar andamento à narrativa com idas e vindas no tempo, como é frequente em trabalhos com oralidade que, tal qual a vida, não se deixa amarrar em uma sequência lógica.

As narrativas foram transcritas na íntegra e interpretadas com auxílio da análise temática de conteúdo (Bardin, 2016), com as contribuições dos estudos hermenêuticos de Ricoeur (2002). Para esse último, todo conhecimento de si é uma interpretação que se serve tanto da história, como da ficção. A história de Vitória teria, assim, um caráter histórico-ficcional, tanto quanto “as biografias dos grandes homens em que se mistura a história e a ficção” (Ricoeur, 2002, p. 2).

Ainda segundo Ricoeur (2002), se não é possível que tenhamos um conhecimento direto sobre nós mesmos, somos compelidos a uma “mediação interpretativa” pelo uso da linguagem narrativa. Eu sou porque “acho que sou”, é o que se considera da entrevistada. Ao historiador caberá, com a ajuda do método, encontrar as ilusões da narrativa. No entanto, vale lembrar o texto “O Grande Mentiroso”, de Janaina Amado (1995) ou se deixar guiar pelas palavras de Portelli (1997, p. 32):

não há falsas fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis (Portelli, 1997, p. 32).

Além disso, é preciso considerar que narrativas orais são, em última instância, as representações do vivido, jamais o efetivamente vivido. Assim, ao historiador cujo trabalho se desenvolve por meio da oralidade e da memória interessam mais os significados que os fatos. Menos o que “efetivamente aconteceu”, à moda positivista, e mais as subjetividades, os aspectos psicológicos e os sentidos dados pelo narrador aos acontecimentos sobre os quais se dispõe a falar/lembrar. Por fim, o que os narradores/informantes acreditam ter acontecido deve ser aceito como um fato histórico (o fato no qual eles creem), tanto quanto um fato realmente acontecido (Portelli, 1997).

No entanto, valida-se a importância do compromisso ético na história oral, pois essa é uma prerrogativa inerente a todo estudo científico, envolvendo seres humanos ou não. Evidentemente, no campo das pesquisas com narrativas, em que ocorre uma relação dialógica entre aqueles(as) dispostos a contar e aqueles(as) prontos(as) a ouvir, o compromisso é ainda mais sério (Portelli, 2016). Trata-se de um exercício de respeito a quem aceita compartilhar justamente o que se tem de mais íntimo, isto é, as vivências, alegres, dolorosas ou traumáticas.

Entretanto, não é possível desconsiderar o fato de que nenhuma pesquisa produz conhecimentos neutros, sendo o pesquisador, em última instância, quem escolhe a temática, seleciona o método e dá a direção do estudo. Ou seja, o historiador é quem lê “o documento e [...] mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes não falam senão quando sabemos interrogá-los” (Bloch, 2001, p. 79).

Tendo em vista todas essas questões, desde o primeiro encontro com Vitória, buscamos estabelecer a confiança necessária à pesquisa sustentada na história oral, cientes de que ela nos entregaria um conjunto de acontecimentos verdadeiros, isto é, uma intriga que encontra sua materialidade no documento (Veyne, 2008).

Conhecer as narrativas de mulheres envolvidas com o uso de drogas avolumam as possibilidades de compreensão dessa experiência, que tem um alto potencial de vulnerabilização dos sujeitos, tanto do ponto de vista físico-psicológico, quanto social e moral. Esse fato se torna ainda mais importante quando se ressalta o uso da categoria interpretativa de gênero, que evidencia diferenças para além dos corpos dos sujeitos, revelando um *continuum* histórico de subjugação (Scott, 1995).

Para a interpretação dos dados, utilizamos o método de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Iniciamos lendo as narrativas exaustivamente, até conseguirmos tanta familiaridade com elas que quase se tornou possível repetir pontos e vírgulas do texto/vida da entrevistada.

Construímos, ainda, quadros interpretativos, dispondo, na primeira coluna, as narrativas transcritas na íntegra; na segunda, palavras-chave que melhor identificaram o que foi dito; e em uma terceira, em um fluxo livre, os pontos convergentes ou divergentes com a literatura envolvendo mulheres e drogadição. Verificamos que as narrativas de Vitória caminharam em consonância com os

apontamentos feitos em outras pesquisas envolvendo mulheres usuárias de crack, conforme descreveremos a seguir.

Ouvindo, aprendendo...

Nossa primeira entrevista propriamente dita teve início com a seguinte pergunta norteadora: “conte-me sobre a sua entrada no mundo das drogas”. Nesse momento, a entrevistada teve liberdade para conduzir sua narrativa, pois consideramos não ser obrigatória uma linearidade cronológica. Desse modo, ela contou detalhes de sua vida adulta, recuou até a infância e retornou ao tempo presente. As interferências foram sutis e somente realizadas quando a narradora se afastou demasiadamente do tema proposto. No mais, sinais de cabeça, sorrisos e outras linguagens corporais funcionaram (e funcionam) como estimulantes para quem conta um fato de sua vida.

Vitória se casou aos 17 e viveu 12 anos com aquele que foi seu primeiro namorado e pai de suas duas filhas. Conforme nos conta, durante o namoro, não se sentia muito interessada em levar adiante o relacionamento, mas o rapaz era companheiro de trabalho de seu pai, tendo por ele grande admiração. A família fazia “muito gosto” do namoro, que foi transcorrendo sem grandes turbulências, quando recebeu o pedido de casamento. À época, embora a figura da “solteirona” já não fosse motivo de chacota das outras mulheres e o casamento, tampouco, tido como a suprema aspiração das mulheres (Besse, 1999), Vitória decidiu aceitar. Sua decisão, contudo, não tinha sido muito firme e, às vésperas da cerimônia, pensou em desistir, mas temeu magoar o pai por colocá-lo em uma condição difícil com o colega. Além disso, como não sabia muito o que queria da vida, o casamento lhe pareceu uma boa opção e resolveu obedecer.

Dadas essas circunstâncias, vislumbramos que Vitória vivia no seio de uma família tradicional, na qual os valores patriarcais de gênero estavam mantidos. Assim, o gênero pode ser entendido a partir de formas socialmente construídas do que significa ser homem e ser mulher, logo, como um elemento portador de historicidade, em vez de uma forma de identidade apenas naturalizada pela biologia dos corpos. Gênero legitima e naturaliza as desigualdades, pois estabelece hierarquias sociais entre homens, que costumeiramente são entendidos como mais inteligentes e capazes, enfim, seres superiores, enquanto as mulheres são tidas como inferiores em vários aspectos, estabelecendo um sentido para essas diferenças (Scott, 1995).

Vitória (*Entrevista*, 16 set. 2021) nos conta que, ao se casar, cursava o terceiro ano de pedagogia e tinha intenção de continuar os estudos, mas o marido, muito ciumento, não a permitiu: “ele me barrava de tudo, queria que eu ficasse em casa, não queria que eu arrumasse emprego. Ele ligava para as empresas dizendo para não me contratarem”. Na cabeça do marido, o fato dele ter condições financeiras para manter a mulher e as filhas era razão mais que suficiente para ela não se preocupar com o futuro.

Dessa maneira, Vitória (*Entrevista*, 16 set. 2021) se mostra sempre submissa, primeiro ao pai e, depois, ao marido que, embora não fosse rico, permitia-lhe viver uma situação econômica confortável: “ele trabalhava muito, não deixava faltar nada para a família, não agredia, mas não era atencioso”. Todavia, de acordo com a entrevistada, ela não se deixava seduzir por isso e, de maneira perspicaz,

afirma que se sentia abusada. Esse fato demonstra um entendimento bastante ampliado de que o homem não deve ser apenas o mantenedor da família, mas precisa atender outras prerrogativas do “cuidado”. No seu caso, ressentia-se de falta de atenção e afeto, sentindo ser tratada quase como uma criança.

Cumprindo seu destino de mulher, Vitória teve duas filhas. A vida foi seguindo um ritmo de eterno igual. O cuidado diário das crianças e as atividades domésticas, embora parecessem “sina de mulher”, deixavam-na sempre com uma sensação difícil de incompletude. Nossa entrevistada era absolutamente alheia às discussões do feminismo, mas, talvez, se tivesse conhecido a “A mística feminista”, de Betty Friedan (1971), saberia que não estava só nesse vazio. Em 1963, Friedan publicou, nos Estados Unidos, essa obra revolucionária para a época, tendo investigado como se construiu a ideia universal da mulher frívola, feminina e devotada ao marido e aos filhos.

Certa ocasião, Vitória tomou coragem e falou ao marido de sua insatisfação com a vida que levava. Buscava encontrar compreensão e imaginou que ele, sendo homem, visto como sujeito do saber, pudesse lhe explicar o sentimento responsável por impedi-la de caber com conforto nos modelos típicos de dona de casa pequeno-burguesa. Decepcionada, ouviu dele que pegasse o cheque e fosse comprar um sapato para “se sentir feliz”. Informa que, nesse momento, teve a primeira ideia de se matar. Afinal, se a felicidade de uma mulher se resumia a comprar um sapato, sentiu não se encaixar no modelo.

Vitória faz lembrar Nora Helmer, personagem da peça teatral “Casa de bonecas”, do dramaturgo norueguês Henrik Ibsen (1983), escrita no século XIX, mas atual em muitos aspectos. Assim como Torvald Helmer, o marido de Nora, também o de Vitória, mais de um século depois, demonstra acreditar que algumas compras de roupas e sapatos resolvem as necessidades das mulheres. Essas representações das identidades de gênero, opondo homens trabalhadores versus mulheres gastadeiras e fúteis, são responsáveis por um processo de infantilização feminina, colocando-as como eternas crianças, dependentes, fato que não pode deixar de ser percebido como uma forma de violência simbólica.

O conceito de violência simbólica, elaborado por Bourdieu (2007), refere-se a um tipo de violência que não atinge o corpo físico dos dominados, conquanto tenha potencial capaz de provocar dores e danos. Trata-se de um tipo de prejuízo presente no nível da manifestação do poder simbólico que o sujeito dominante – no caso, o homem –, acumula em função do seu pertencimento ao universo masculino, assegurando-lhe maiores privilégios e direitos. Ainda, de acordo com Bourdieu (2007), a violência simbólica somente se constitui a partir da cumplicidade daqueles(as) que a sofrem com os seus algozes, sendo ambos inconscientes, tanto a exercê-la, quanto a sofrê-la.

É desconfortante para algumas mulheres serem pensadas como cúmplices de seus algozes, mas, para Bourdieu (2007), algumas efetivamente “aceitam” ser violentadas, não por legitimar esse procedimento, mas porque, inseridas em um modelo representacional patriarcal, têm dificuldade de enxergar a situação em toda a sua complexidade. Assim, para o autor, mesmo a dominação masculina ocorrendo a partir da cumplicidade das mulheres, ele admite que elas têm um papel crucial na quebra desse paradigma relacional (Bourdieu, 2007).

Certo dia, Vitória descobriu que o marido, geralmente ciumento e possessivo, a traía. Apesar dos usuais pedidos de desculpas, tomou a decisão de se separar e saiu de casa com as filhas. Ao não aceitar a traição, ela coloca em questionamento o paradigma que dá aos homens o direito à infidelidade, sendo essa uma representação profundamente arraigada no imaginário social: a pulsão sexual masculina, a qual dificulta a eles resistirem aos apelos do sexo e constitui-se, ainda hoje, como um modelo de masculinidade valorizado (Salem, 2004).

Um estudo da antropóloga Miram Goldenberg (2011), envolvendo 1.279 indivíduos das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, mostrou que 60% dos homens e 47% das mulheres tinham ou tiveram relações extraconjugais, mas, em relação a eles, o comportamento tendia a ser justificado pela sociedade e, inclusive, com tolerância das parceiras.

Indiferente aos apelos do marido e da família, Vitória manteve a decisão de romper o casamento. Sem conseguir dissuadi-la, o marido cedeu, mas, estrategicamente, passou a lhe dar uma pensão inferior às suas necessidades e às das filhas. Embora a lei assegure o direito à partilha dos bens, isso não se dá de forma fácil, tampouco rápida: “Chegou um dia que eu não aguentei a pressão psicológica. Deixei as meninas com o pai para elas terem o padrão de vida que elas tinham antes, arrumei uma casinha e um emprego de diarista” (*Entrevista*, 16 set. 2021).

O ex-marido se valeu da principal arma usada pelos homens contra suas ex-parceiras, que é a subtração de recursos econômicos. É um comportamento cruel e que causa grande dificuldade para as mulheres, notadamente quando têm filhos e não dispõem de nenhuma fonte de renda adicional.

Vitória conta que neste período arrumou um namorado. O relacionamento foi ficando sério e ambos decidiram morar juntos. Um dia ele a convidou para irem visitar os pais dele na cidade de São Paulo. Ela aceitou, cheia de expectativas, mas se assustou quando, ao chegar na cidade, ele foi direto para uma favela. Lá, pela primeira vez, ele lhe contou que usava drogas.

Cerca de 27 milhões de pessoas no mundo são usuárias dependentes. Os reflexos das drogas sobre a saúde são diversos e estão bem descritos pela literatura. Por isso, contemporaneamente, a dependência não tem mais sido discutida apenas pelo prisma da segurança, mas também como um problema de saúde pública de proporções gigantescas (Teixeira; Engstrom; Ribeiro, 2017). Até os anos 1980, heroína e maconha eram as drogas mais usadas, mas, atualmente, a literatura aponta um aumento no consumo de cocaína e crack, além de mudanças significativas no perfil de gênero dos consumidores. Embora os homens se mantenham como os principais usuários, nas últimas décadas, o índice de consumo entre as mulheres indica um crescimento no uso dessas substâncias (Ribas et al., 2022).

O uso de drogas era algo novo para Vitória (*Entrevista*, 04 out. 2021). Sempre que ouvia falar a respeito, as informações eram pouco tranquilizadoras, mas não hesitou em seguir o namorado: “ir buscar droga no beco foi uma experiência diferente. Daí, fomos para o hotel e experimentei o crack pela primeira vez”.

Essa situação condiz com pesquisas cujos resultados demonstram que a entrada das mulheres no mundo das substâncias psicoativas tem sido atribuída às suas relações com homens usuários (Medeiros; Maciel; Sousa, 2017). Uma pesquisa realizada pela Fiocruz, em todos os estados brasileiros,

identificou que, no país, há cerca de 370 mil pessoas usuárias de crack: as mulheres representam 21,3% desse grupo; a média etária é de 29,6 anos; 54% são solteiras e 78% brancas, apresentando baixa escolaridade (Brasil, 2013). Ainda, de acordo com outros estudos, a maior parte dos usuários inicia o uso do crack após terem experimentado outras drogas (Jorge et al., 2013). Todavia, como vimos, não foi o que aconteceu com Vitória (*Entrevista*, 04 out. 2021): “eu nunca tinha fumado nem cigarro. Já comecei com o crack, a droga mais pesada”.

Vitória ora tem comportamentos bastante tradicionais, como a obediência ao pai e ao marido, ora rompe com papéis de gênero pré-estabelecidos; primeiro pela separação conjugal e, mais tarde, pela entrada no mundo marginalizado das drogas. Para Ribeiro-Andrade et al. (2017), o consumo de drogas por mulheres reforça os novos papéis de gênero que aproximam comportamentos masculinos e femininos. Contudo, as mulheres, especialmente quando têm filhos, são muito estigmatizadas ao não seguirem os papéis normalizados em sociedade no que se refere ao feminino e ao masculino.

Assim, quando olhamos para a narrativa da entrevistada, atentos, ainda, ao recorte de gênero, vemos que o uso de drogas representou para ela a possibilidade de uma transgressão sedutora. Suas falas apontam para a consciência de que o uso de substâncias psicoativas era algo tido como fora do universo feminino, contrapondo-se, especialmente, às chamadas “mulheres de família”. Vitória (*Entrevista*, 04 out. 2021) afirma que, no início, sentiu medo, mas depois gostou: “o crack é uma experiência emocionante”.

Para Jorge et al. (2013), na presente sociedade de consumo, o novo se mostra sempre atraente. Recém-saída de um casamento convencional, marcado pelo cotidiano inalterado de cuidados domésticos e maternos, com um marido pouco disposto a deixá-la trilhar os próprios caminhos, entendemos que o uso de drogas teve, para Vitória (*Entrevista*, 30 nov. 2021), um efeito profundamente libertador, ao menos nos primeiros momentos: “eu gosto da droga, mas o que eu gosto mais é do desafio de buscar a droga. Tudo era gostoso, tudo era alegria. Ia nos bares, festas, usava drogas. Fiz coisas que nunca tinha feito”.

Ao longo do tempo, as brigas entre Vitória e o companheiro foram se tornando frequentes. De acordo com o relato da entrevistada, ele gastava todo o salário com drogas, faltava ao emprego e, além disso, vendia os objetos da casa que ela comprava trabalhando como diarista. Na tentativa de ajudá-lo a se recuperar da toxicodependência, decidiu interná-lo em uma clínica de reabilitação. No início, tudo parecia ir bem, mas ele sempre recaía, e o ciclo de violência recomeçava, atingindo o ápice diante da recusa dela em bancar, com seus próprios recursos, a compra das drogas.

O ciclo de agressão tem sido descrito com frequência nos estudos de violência praticada por parceiros íntimos. Caracteriza-se por uma relação afetiva atravessada por insultos, humilhações, intimidações, provocações mútuas e ameaças que tensionam profundamente a vida conjugal. O agressor culpabiliza a mulher pelo episódio de violência até que a convence de sua responsabilidade no conflito, pedindo-lhe desculpas e prometendo mudar de atitude (Custódio; Tavares, 2022). Vitória afirma que, por um período, o casal voltou a viver em “lua de mel”, mas, passado um tempo, os conflitos ressurgiram e, com eles, a violência.

Na alternância de bons e maus momentos, mantiveram o relacionamento por cinco anos, sempre com o uso diário da droga permeando as agressões: “uma vez ele me bateu porque joguei a droga fora e ele me deu um soco, cortou minha cabeça”. Diz ainda que, muitas vezes, tentou parar de usar a droga, mas o companheiro usava, então, ela afirma o seguinte: “eu não queria que ele fosse buscar a droga, mas, quando ele buscava, eu usava, você não consegue ficar perto da droga e não usar” (Vitória, *Entrevista*, 04 out. 2021).

Outro sofrimento para ela era ficar longe das filhas. Em um primeiro momento, as meninas tinham ficado com o pai, mas, depois, foram viver com os avós maternos e visitavam Vitória quinzenalmente. O problema é que o companheiro teimava em usar a droga nos dias de visita das filhas, e isso a deixava em situação muito desconfortável: “resolvi que eu é que visitaria as meninas na casa dos meus pais”. Nesses momentos, sempre ouvia dos familiares recriminações pela vida que estava levando e conselhos para abandonar o companheiro. Foi resistindo, resistindo, mas, diante da constância das agressões, decidiu voltar a morar com a família. Foram meses sem uso de crack, mesmo porque nem sabia onde comprar e confessa que gostaria de ter seguido assim, mas justamente quando a vida parecia estabilizada, conheceu outro homem, com quem estabeleceria o terceiro relacionamento.

Em um ciclo recorrente, informa que, de início, foram felizes: “ele me dava atenção e carinho”. No entanto, quando ela o contrariou, o “poder masculino” se apresentou por meio de agressões físicas e psicológicas. Ele não gostava de ser desobedecido, o que se constitui como uma das primeiras características do modelo de masculinidade tóxica (Paula; Rocha, 2019). Para ela, a agressão psicológica era pior que a física “porque, por mais que eu trabalhasse dia e noite, ele me xingava de vagabunda e eu me sentia um lixo” (Vitória, *Entrevista*, 04 out. 2021).

Um dado curioso é que Vitória conseguia esconder do companheiro sua dependência às drogas. Um dia, contudo, inadvertidamente, esqueceu no carro o “kit do crack”, que explica ser a pedra e o cachimbo. Ao tomar conhecimento de seu vício, ele ficou muito bravo e se tornou ainda mais agressivo. Sentindo-se pressionada e vivendo um clima cada vez mais hostil, embora tenha tentado vencer a dependência, Vitória (*Entrevista*, 30 nov. 2021) acabou por consumir a droga cada vez mais: “Quando ele ia trabalhar à noite, eu aproveitava para usar. Depois, ele passou a trabalhar de dia e, como eu chegava em casa antes, tinha um tempinho para usar drogas sem ele perceber”.

Não demorou muito para que Vitória perdesse o controle dessa situação. Como faltava aos serviços de diaristas, perdeu alguns trabalhos e, com mais tempo livre, passou a usar mais droga. Consequentemente, a violência doméstica aumentou, em um círculo vicioso no qual se afundava.

O uso de drogas por mulheres tem sido descrito pela literatura como responsável por ideação suicida, podendo convergir para tentativa de suicídio, automutilação e suicídio (Silva Júnior et al., 2018). Foi o que aconteceu com Vitória (*Entrevista*, 30 nov. 2021):

Durante uns três dias a gente ficou brigando. Eu pensei: vou tomar veneno no dia do feriado. Daí, nesse dia, usei droga o dia inteiro. Ele foi trabalhar, quando foi 6h00, peguei um vidro de chumbinho e tomei o veneno, daí ele chegou em casa e eu estava em coma. Por sorte, ele tinha curso de primeiro socorro. Lembro que passei para o outro lado e

tentava dar a mão para minha vó, já morta, mas ela não me dava a mão. Acordei no hospital cinco dias depois, na UTI.

Segundo um estudo de Dantas; Silva e Guimarães (2022), que analisou os aspectos psicossociais de suicídios de mulheres no sertão do Rio Grande do Norte, o uso de álcool e outras drogas tem sido associado aos transtornos mentais, sendo comumente vinculados ao suicídio. Violência de gênero e cerceamento do modo de vida feminino, para os autores, aparecem como indícios para esse ato extremo.

A partir dessa tentativa de autoextermínio, Vitória conta que se “afundou” realmente nas drogas, aceitando que sua vida estava perdida. Debilitada, foi encaminhada para tratamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no serviço de atenção diária em saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS). Talvez, subestimando a sua situação, os profissionais consideraram que ela não necessitava de internação, apenas de acompanhamento. Nesse momento de grande vulnerabilidade, o companheiro a abandonou e ela retornou ao convívio da família, por seis meses, mas ele voltou a procurá-la e, embora se sentisse feliz ao lado das filhas, decidiu reatar o relacionamento, comprometendo de vez a relação com a família. Foi então que se afastou de todo o universo familiar, inclusive das filhas, durante, aproximadamente, três anos. Nesse período, a violência doméstica se intensificou.

Um dia, foi fazer uma consulta. Gostou do médico e contou a ele um pouco da sua história. Ele a convidou para fazer um acompanhamento na Unidade Básica de Saúde (UBS), uma vez por semana, para que pudesse se fortalecer emocionalmente e refazer os laços perdidos. Conforme a recomendação, passou a frequentar a UBS, onde conversava com o médico e se sentia acolhida, ainda que a violência doméstica continuasse. Sua fala confirma a importância da escuta e do acolhimento por parte dos profissionais da saúde como prática fundamental na promoção da saúde. A acolhida da equipe de saúde, notadamente do médico, foi muito importante para ela.

Certa vez, estava em um bar com o companheiro, que lhe pediu para ir ao carro buscar dinheiro. Ela respondeu que não iria:

Ele arrancou metade do meu cabelo puxando, quebrou minha costela e não deixou eu ir no hospital. No outro dia, eu fui trabalhar e não aguentei, mas ele disse que, se eu denunciasse, me matava. No domingo, à noite, eu não estava aguentando e ele me levou na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), mas ficou o tempo todo do meu lado. Eu disse que tinha caído da escada, mas nem o médico acreditou, pelo jeito (Vitória, *Entrevista*, data).

É comum homens pensarem que são donos das mulheres, por isso, atitudes de desobediência afrontam esse suposto poder e eles reagem com agressões. Para Saffioti (2001), quando as ideias não são suficientes para dominar as mulheres, os homens utilizam a força física para impor autoridade. Essa é uma das consequências do modelo de família patriarcal implantada no Brasil Colônia, quando os corpos das mulheres eram vigiados e tomados como propriedade dos membros masculinos da família (Lage; Nader, 2018). Logo, as ramificações desse modelo podem ser verificadas ainda na atualidade. Contemporaneamente, levar a mulher ao médico após agredi-la é um comportamento típico de homens

abusadores, assim como se manter em posição de cão de guarda para evitar que ela confesse aos profissionais da saúde o ocorrido.

Nessa situação, Vitória (*Entrevista*, 30 nov. 2021) informa que cada vez mais intensificava o uso do crack para ver se esquecia dos problemas, mas a situação só piorava, inclusive porque a comprometia financeiramente: “Mesmo o crack sendo um entorpecente barato, consome bastante dinheiro, porque você usa uma, usa duas, usa três, se tiver R\$ 100,00, você compra tudo de droga. Enquanto tiver dinheiro, vai usando.

Sem poder suportar a violência doméstica, ela se separou do parceiro, mas então já estava em um grau de dependência extrema. A filha, já casada, e o genro a convenceram a procurar tratamento. De início, ela não foi aprovada para o procedimento terapêutico, pois a exigência da unidade era de que a paciente deveria se mostrar efetivamente disposta a deixar as drogas, e isso ela não conseguiu evidenciar.

Nesse período, Vitória alugou um quarto com outra usuária de crack, o que, para ela, representou a entrega total ao vício. Informa que passava três dias sem dormir, no meio de muita gente que entrava e saía da casa, todo mundo usando drogas. Porém, nos poucos momentos de lucidez, pedia: “Senhor, me tira dessa vida”. Com o resto de forças que tinha, resolveu tentar pela segunda vez a internação na unidade terapêutica, conseguindo, então, ser aceita. Está há cinco meses internada.

Hoje, afirma seguir uma rotina tranquila. Acorda às 6h30, faz oração, toma café, aguarda a visita médica, depois, começa a laborterapia. Um grupo de internas vai limpar a casa, outro vai para a cozinha, outro limpa o quintal. Algumas das pacientes fazem crochê, ginástica, zumba, mas ninguém é obrigado a nada. Apesar da não imposição às atividades, a entrevistada faz a seguinte observação: “mas é interessante que a gente participe, né?!”. Além disso, indica outras possibilidades na unidade terapêutica: “tem televisão, podemos assistir. A gente assiste muito à TV Aparecida, padre, faz oração, mas não assiste TV aberta. O horário de dormir é às 22h00” (Vitória, *Entrevista*, 16 set. 2021).

Vitória acredita que pode conseguir vencer o vício do crack. Em suas palavras finais, confessa que seu maior arrependimento foi ter se afastado das filhas quando eram crianças. Admite que o uso das drogas comprometeu a relação com elas, embora nenhuma das duas façam cobranças a respeito da situação. Afirma: “já pedi perdão para elas”. Conta que logo vai começar a ter direito a saídas da instituição. Primeiro, por cinco dias, depois, duas vezes mensais de sete dias. Faz planos de voltar ao tratamento no CAPS quando sair e diz sentir medo, porque na unidade terapêutica se sente protegida.

Agradece pelas filhas terem insistido para que se internasse. Em relação a voltar a viver com o companheiro, diz se sentir confusa. Afirma que é preciso ver a mudança dele, na prática: “vem me visitar todos os dias de visita, diz que agora canta na igreja. Mas tem que vivenciar isso de verdade, porque voltar para vida de violência não dá. Estou empoderada [...], vamos ver” (Vitória, *Entrevista*, 30 nov. 2021).

Considerações finais

Além de contribuir para apresentar experiências de mulheres em situação de marginalidade, a relevância deste estudo se dá, também, devido ao fato de que a análise está circunscrita a uma cidade

no Sul do país, conhecida nacionalmente como “cidade modelo”. Todavia, um olhar mais atento permite ver que suas belas avenidas e shoppings luminosos convivem com espaços menos glamourosos, onde uma população desvalida costuma se concentrar para o uso de drogas.

A narrativa de Vitória deve ser vista como um alerta sobre o fenômeno da drogadição recortada pelas relações generificadas. A invisibilidade dessas relações potencializa as vulnerabilidades, tanto na perspectiva social, quanto na biológica. Fazer uso de drogas é uma atitude tida como desviante para ambos os sexos, mas as mulheres com esse comportamento costumam ser mais estigmatizadas porque contrariam papéis de gênero idealizados, perdendo, mais facilmente do que ocorre com os homens, o apoio familiar e de amigos. Esse fato dificulta ainda mais a busca por ajuda terapêutica.

De acordo com nossas considerações, estudos fundamentados na perspectiva teórica de gênero podem contribuir significativamente para que os profissionais da saúde tenham um olhar mais atento e cuidadoso para com essa população. Ademais, essa perspectiva possibilita aos gestores e elaboradores de políticas públicas para a área uma visão mais ampliada das reais necessidades desses homens e mulheres dominados pelo vício.

Ressaltamos, ainda, que estudos sobre a drogadição não podem dispensar a análise atenta das diferentes formas de pertencimento identitário dos(as) usuários(as). Assim, gênero, raça, classe, sexualidade, geração, entre outras formas de pertencimento, somam-se para potencializar vulnerabilidades. Ser mulher usuária de droga é uma situação que se agrava quando a dependente é pobre (classe); negra ou indígena (etnia); lésbica ou trans (sexualidade); muito jovem ou muito velha (geração); favelada, vivendo em situação de rua (pertencimento espacial); imigrante ilegal, refugiada (territorialidade) etc. Conhecer essas individualidades é uma forma de contribuir para a elaboração de políticas públicas mais realistas e que levam em conta sujeitos reais e não meras abstrações.

Fontes

BRASIL. *Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2013.

BRASIL. *Resolução da Diretoria Colegiada n. 29, de 30 de junho de 2011*. Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Brasília: Diário Oficial da União, 30 jun. 2011.

VITÓRIA. *Entrevistas concedidas a Paulo Gustavo de Lima Ribas e Tânia Maria Gomes da Silva*. Maringá: 16 set. 2021.

VITÓRIA. *Entrevistas concedidas a Paulo Gustavo de Lima Ribas e Tânia Maria Gomes da Silva*. Maringá: 04 out. 2021.

VITÓRIA. *Entrevistas concedidas a Paulo Gustavo de Lima Ribas e Tânia Maria Gomes da Silva*. Maringá: 30 nov. 2021.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade: feminismos plurais*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

- AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. *Revista História*, n. 14, p. 125-136, 1995.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, José Costa D'Assunção. *Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BESSE, Susan Kent. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Unesp, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Ou o ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOLONHEIS-RAMOS, Renata Cristina Marques; BOARINI, Maria Lúcia. Comunidades terapêuticas: “novas” perspectivas e propostas higienistas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 22, n. 4, p. 1231-1248, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- CUSTÓDIO, Matheus Alves; TAVARES, Kecya Nayane Lucena Brasil. Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas. *Psicologia USP*, v. 33, e200129, 2022.
- DANTAS, Eder Samuel Oliveira; SILVA, Glauber Weder dos Santos; GUIMARÃES, Jacileide. Aspectos psicossociais do suicídio em mulheres do sertão do Rio Grande do Norte, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, p. 215-223, 2022.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.
- DOSSE, François. O método histórico e os vestígios memoriais. In: MORIN, Edgar (Org.). *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 395-407.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.
- FRIEDAN, Bety. *A mística feminista*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GOLDENBERG, Míriam. *Por que homens e mulheres traem?* Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HAMEROW, Theodore Stephen. A nova história e a velha. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). *A Nova História em Perspectiva – v. 2*. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 291-339.
- HELLER, Ágnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- IBSEN, Henrik. *Casa de bonecas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- JORGE, Maria Salete Bessa et al. Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 10, p. 2909-2918, 2013.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Orgs.). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1978, p. 216-240.
- LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 286-312.
- LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Orgs.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 26-65.
- MEDEIROS, Katrubby Tenório; MACIEL, Silvana Carneiro; SOUSA, Patrícia Fonseca de. A mulher no contexto das drogas: representações sociais de usuárias em tratamento. *Paidéia*, v. 27, n. 1, p. 439-447, 2017.
- PAULA, Raí Carlos Marques de; ROCHA, Fátima Niemeyer da. Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da Psicologia Positiva. *Revista Mosaico*, v. 10, n. 2, p. 82-88, jul./dez. 2019.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: mulheres, operários e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.

PIAGET, Jean. As ciências “nomotéticas” e as ciências históricas do homem. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p. 30-34.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, n. 14, p. 26-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REVEL, Jaques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RIBAS, Paulo Gustavo de Lima et al. Perfil sociodemográfico de usuárias de substâncias psicoativas em um município do Sul do Brasil. *Revista Saúde e Pesquisa*, v. 15, n. 4, e-11151, 2022.

RIBEIRO-ANDRADE, Érica Henrique et al. Drogadição feminina no Brasil: uma análise epidemiológica. *Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 7, n. 19, p. 65-82, 2017.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa. A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115-136, 2001.

SALEM, Tania. “Homem... já viu, né?": representações sobre sexualidade e gênero entre homens da classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 15-62.

SCOTT, Joan. Gênero: uma ferramenta útil de análise história. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA JÚNIOR, Fernando José Guedes et al. Ideação suicida e consumo de drogas ilícitas por mulheres. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 31, n. 3, p. 321-326, 2018.

TEIXEIRA, Mirna Barros; ENGSTROM, Elyne Montenegro; RIBEIRO, José Mendes. Revisão sistemática da literatura sobre crack: análise do seu uso prejudicial nas dimensões individual e contextual. *Saúde Debate*, v. 41, n. 112, p. 311-330, jan./mar. 2017.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2008.